

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração

O ano de 2020 foi, ao mesmo tempo, complexo e de muitas conquistas para o Porto de Santos. Mesmo com os desafios impostos pelo enfrentamento de uma pandemia inédita e que afetou o comércio exterior, o Complexo Portuário de Santos obteve sucessivos recordes de movimentação. O volume operado saltou de 134,4 milhões para 146,6 milhões de toneladas, crescendo de 9,4%, algo que nem as melhores projeções no cenário pré-pandemia poderiam apontar. Tais desafios tampouco reduziram o ritmo da implantação do planejamento estratégico da Santos Port Authority (SPA).

Ao assumir a Presidência da Companhia por indicação do Ministério da Infraestrutura (Minfra), em abril, reafirmamos o compromisso da transformação rumo à consolidação de um novo momento da história do Porto de Santos que, ousamos dizer, marcará a mudança do comum para o inovador.

As aprovações da nova poligonal e do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos (PDZ) em 2020 são marcos históricos, que lançam as bases do porto do futuro, primando por uma lógica de otimização na ocupação das áreas que permite ganhos de escala e favorece sobretudo a sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Com isso, projetamos um pacote de aproximadamente R\$ 7 bilhões em investimentos composto pela completa remodelação da ferrovia interna do Porto e por oito leilões de áreas portuárias - dois deles já realizados, o STS 14 e o STS 14A, com R\$ 505 milhões em outorgas para a SPA. São os primeiros valores de outorgas a irem para o caixa da Autoridade Portuária desde 2010, propiciando à Companhia ampliar a capacidade de investimento e modernização no Porto.

Aliado a esse cenário, em 2020 o Porto se transformou em um canteiro de obras com a retomada da confiança do investidor. Estiveram em andamento ao menos 10 grandes construções, ampliações e modernizações de terminais com investimentos totais no valor de R\$ 2,3 bilhões.

O momento coincide com uma nova e virtuosa etapa do Porto, marcada principalmente por duas situações: a relicitação da primeira leva de contratos firmados na década de 90 e cujos prazos terminaram; e uma nova onda de investimentos realizados em arrendamentos vigentes como contrapartida à negociação da prorrogação antecipada dos contratos. Em ambas as situações, as obras ganharam tração e entraram em ritmo acelerado em 2020.

Tendo por base as melhores práticas de governança e transparência, com foco em elevar o nível dos serviços prestados e a sustentabilidade econômica da Companhia, para mantê-la cada vez mais eficiente e lucrativa, aceleramos medidas indispensáveis para preparar a empresa para a máxima geração de valor no processo de desestatização.

A eficiência, austeridade e diligência são práticas cada vez mais presentes na atuação da SPA, e resultaram em importante crescimento de receitas e lucros, consolidando e incrementando o desempenho verificado em 2019. Encerramos 2020 com um lucro apurado de R\$ 202,5 milhões. É a primeira vez desde 2014 que a Companhia tem uma sequência de dois anos no azul, e, mais importante que isso, avançou significativamente na pavimentação do caminho para o crescimento sustentável e consistente, vital para o fortalecimento desse ativo tão relevante para a cadeia logística nacional.

Estabelecemos uma agenda voltada ao fortalecimento da relação Porto-Cidade com ações que buscam fomentar projetos sociais, turísticos, culturais e de mobilidade urbana. Dentre elas, destacamos: (i) a abertura do chamamento público para doação de estudos destinados à futura licitação para instalação de um terminal de passageiros na região do Valongo, empreendimento que induzirá a revitalização do antigo Centro Histórico de Santos; (ii) o lançamento da consulta pública para o novo contrato da Ferrovia Interna do Porto de Santos (FIPS) em substituição ao da Portofer, atual arrendatária da malha interna.

Dentre as realizações de 2020, destaque também que nasceu, oficialmente, a Autoridade Portuária de Santos S.A., em substituição à Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp). Com isso, concluímos as ações de reposicionamento da marca, iniciadas com a adoção do nome Santos Port Authority, de modo a facilitar a necessária interlocução internacional e comunicar a mudança de missão, visão e valores realizada em 2019, em que a ética, a cultura de integridade e a transparência tornaram-se os pilares da nossa atuação.

Acreditamos que a chave do futuro da SPA reside nas pessoas que a integram e pelas quais somos imensamente gratos. Imbuídos do espírito de servir que nos move, reteremos a confiança para sempre cumprir nossa missão e gerar valor aos clientes, acionistas e sociedade.

Obs.: A íntegra do Relatório da Administração da SPA encontra-se disponível no endereço: <http://www.portodesantos.com.br/informacoes-financeiras/relatorios-aneis/>

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2020		31/12/2019		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2020		31/12/2019	
		Reapresentado	01/01/2019	Reapresentado	01/01/2019			Reapresentado	01/01/2019		
Circulante		963.434	640.686	345.422	Circulante		562.589	503.642	441.142		
Caixa e equivalentes de caixa	4	859.861	561.662	206.441	Salários, provisão de férias e encargos sociais	15	43.798	54.969	57.934		
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	5	12.589	12.573	12.756	Fornecedores e prestadores de serviços		42.734	10.100	19.557		
Contas a receber de clientes, líquidas	6	82.627	55.939	72.522	Impostos e contribuições	16	30.055	23.864	25.429		
Estoques		398	463	531	Plano de pensão - contribuição mensal		953	1.784	2.543		
Créditos tributários	7	6.227	8.215	49.530	Plano de Pensão - termo de compromisso financeiro	17,2	33.615	-	-		
Outros créditos	14	1.732	1.834	3.642	Obras efetuadas por arrendatários	18	22.255	18.026	17.192		
					Provisão trabalhistas, cíveis e tributários	19	367.773	367.025	285.329		
					Provisão para plano de desligamento incentivado voluntário	20	-	2.772	-		
					Parcelamento processos trabalhistas e cíveis e tributários		-	299	16.561		
					Outras obrigações	23	21.406	24.803	16.597		
Não Circulante		2.670.422	2.369.509	2.432.693	Não Circulante		2.834.753	2.530.390	1.387.299		
Realizável a Longo Prazo		1.035.271	977.112	698.832	Provisão trabalhistas, cíveis e tributários	19	103.926	116.615	104.298		
Contas a receber de clientes, líquidas	6	47.190	27.607	61.014	Receita diferida	21	791.270	311.978	337.686		
Direitos contratuais de arrendamento - Outorga	6	390.480	-	-	Obras efetuadas por arrendatários	18	104.625	101.558	114.162		
Partes relacionadas	8	5.953	7.294	8.705	Plano de pensão déficit atuarial	17,1	433.745	1.082.028	-		
Depósitos judiciais	9	134.670	147.611	131.695	Plano de pensão - termo de compromisso financeiro	17,2	453.801	-	-		
Bens destinados à alienação	10	181	243	342	Benefícios a empregados	17,3	81.307	75.767	-		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31	456.509	493.666	489.141	Créditos da União para aumento de capital	22	866.079	842.444	791.715		
Outros créditos	14	288	691	7.935	Convênio 002/1990 - União		-	-	39.438		
					Patrimônio Líquido		236.514	(23.837)	949.674		
Imobilizado	11	1.631.347	1.685.792	1.723.282	Capital social	24	1.414.100	1.414.100	1.414.100		
Intangível	12	3.804	6.605	10.579	Prejuízos acumulados		(1.132.493)	(1.334.976)	(464.426)		
					Outros resultados abrangentes		(45.093)	(102.961)	-		
TOTAL DO ATIVO		3.633.856	3.010.195	2.778.115	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.633.856	3.010.195	2.778.115		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019**
(em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
		Reapresentado	Reapresentado
Receita líquida	25	1.113.289	967.347
Custo dos produtos e dos serviços prestados	26	(368.646)	(342.203)
Lucro bruto		744.643	625.144
Outras receitas (despesas) operacionais		(356.578)	(496.932)
Despesas administrativas e gerais	27	(286.506)	(222.723)
Outras receitas operacionais	28	39.838	2.689
Outras despesas operacionais	29	(109.910)	(276.898)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		388.065	128.212
Resultado financeiro		(30.725)	(21.451)
Receitas financeiras	30	52.796	33.104
Despesas financeiras	30	(83.521)	(54.555)
Lucro (prejuízo) operacional das operações continuadas		357.340	106.761
Resultado das operações descontinuadas (Terminal de Laguna)		-	(3.509)
Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos		357.340	103.252
Imposto de renda e Contribuição Social	31	(154.857)	(91.732)
Corrente		(117.700)	(96.257)
Diferido		(37.157)	4.525
Lucro (Prejuízo) do período		202.483	11.520
LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES		0,74	0,04

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

Lucro (Prejuízo) do período	202.483	11.520
Ganhos (Perdas) atuariais com plano de pensão de benefício definido	66.173	(102.961)
Ganhos (Perdas) atuariais com plano de saúde	(2.725)	(5.500)
Ganhos (Perdas) atuariais - complementação de aposentadorias	260.351	(91.441)
Resultado abrangente	260.351	(91.441)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2020 E 31/12/2019**
(em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
	Reapresentado	Reapresentado
Fluxos de caixa originados de atividades operacionais		
Valores recebidos de clientes	1.327.398	1.112.222
Valores pagos a fornecedores e prestadores de serviços	(146.454)	(130.033)
Valores pagos a empregados, inclusive benefícios	(326.912)	(255.304)
Valores pagos de encargos sociais	(77.572)	(74.409)
Valores pagos de contribuições trabalhistas e cíveis	(83.212)	(87.463)
Valores pagos de imposto de renda e contribuição social	(154.528)	(94.250)
Valores pagos de juros	(107.676)	(91.290)
Valores pagos do Termo de Compromisso Financeiro - Plano de Pensão	(13.896)	(818)
Valores pagos do Termo de Compromisso Financeiro - Plano de Pensão	(140.347)	-
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	15.829	(21.806)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	292.840	356.849
Fluxos de caixa originados de atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(2.341)	(5.955)
Aquisição de intangível	-	(60)
Alienação de imobilizado	7.088	947
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	4.747	(5.068)
Fluxos de caixa originados de atividades de financiamentos		
Recursos de ações	612	3.441
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	612	3.441
Aumento (redução) nas disponibilidades	298.199	355.222
Saldo inicial de caixa e equivalentes	561.662	206.440
Saldo final de caixa e equivalentes	859.861	561.662
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes	298.199	355.222

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**
(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	RESERVA RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
SALDOS EM 31/12/2018	1.414.100	-	-	-	(464.426)	949.674
Ajuste de exercícios anteriores - 2018	-	-	-	-	(922.418)	(922.418)
Ajuste por transferência do patrimônio de porto administrado	-	-	-	-	40.347	40.347
Resultado do exercício	-	-	-	-	87.288	87.288
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de pensão	-	-	-	-	(102.961)	(102.961)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	(75.767)	(75.767)
SALDOS EM 31/12/2019	1.414.100	(102.961)	-	-	(1.334.976)	(23.637)
Resultado do exercício	-	-	-	-	202.483	202.483
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de pensão	-	66.173	-	-	-	66.173
Ajuste de avaliação patrimonial - complementação de aposentadorias	-	(5.580)	-	-	-	(5.580)
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de saúde	-	(2.725)	-	-	-	(2.725)
SALDOS EM 31/12/2020	1.414.100	(45.093)	-	-	(1.132.493)	236.514

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**
(em milhares de reais)

	2020	2019
Receitas (Despesas)	1.286.376	1.067.879
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	853.099	714.269
Arrendamentos operacionais e alugueis	436.525	398.799
Perdas de crédito esperadas	(2.908)	(45.123)
Ganho (perda) em alienação de ativos imobilizados	(340)	(66)
Insunhos adquiridos de terceiros	(274.172)	(251.965)
Materiais, água, energia, serviços de terceiros	(131.430)	(117.884)
Outros custos	(142.742)	(134.081)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	1.012.204	815.914
Depreciação e amortização	(44.218)	(45.720)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	967.986	770.194
Valor adicionado recebido em transferência	52.816	33.104
Receitas financeiras	52.816	33.104
Valor adicionado a distribuir	1.020.802	803.298
Distribuição do valor adicionado	1.020.802	803.298
Pessoal	342.321	443.075
Remuneração direta	209.766	269.607
Benefícios	20.468	29.061
Benefícios pós-emprego	12.471	102.334
FGTS	14.961	16.099
Provisões, despesas legais e judiciais trabalhistas	81.946	23.250
Honorários da diretoria	2.709	2.723
Tributos	384.119	285.321
Federais	299.226	248.101
IRPJ e CSLL diferidos	37.157	(4.525)
Estaduais	7.858	8.284
Municipais	39.878	33.461
Remuneração de capitais de terceiros	91.879	63.382
Despesas financeiras	83.521	54.555
Alugueis	8.358	8.827
Remuneração de capitais próprios	202.483	11.520
Lucros retidos / prejuízo do exercício	202.483	11.520

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Sumário
Caderno Empresarial 2**

BALANÇO
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S.A. 2

BALANÇO SOCIAL
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(em milhares de reais)

	2020		2019			
1 - Base de cálculo						
Receita líquida (RL)		1.113.289		967.791		
Resultado operacional (RO)		388.064		103.252		
Folha de pagamento bruta (FPB)		347.002		213.306		
2 - Indicadores sociais internos		% sobre FPB	% sobre RL	Valor		
Alimentação	12.234	3,53%	1,10%	13.517		
Encargos sociais compulsórios	83.778	24,14%	7,53%	70.553		
Previdência privada	36.364	10,48%	3,27%	16.688		
Saúde	16.400	4,73%	1,47%	14.662		
Segurança e medicina no trabalho	284	0,08%	0,03%	129		
Capacitação e desenvolvimento profissional	555	0,16%	0,05%	917		
Creches ou auxílio - creche	160	0,05%	0,01%	131		
Participação nos lucros/resultados	-	0,00%	0,00%	-		
Transporte	352	0,10%	0,03%	803		
Bolsa/estágio	396	0,11%	0,04%	794		
Outros	2.475	0,71%	0,22%	2.855		
Total - Indicadores sociais internos	152.998	44,09%	13,74%	121.049		
3 - Indicadores sociais externos		% sobre RO	% sobre RL	Valor		
Cultura	0	0,00%	0,00%	245		
Esporte	0	0,00%	0,00%	0		
Outros	1	0,00%	0,00%	206		
Total das contribuições para a sociedade	1	0,00%	0,00%	452		
Tributos (excluídos encargos sociais)	286.163	73,75%	25,70%	241.255		
Total - Indicadores sociais externos	286.164	73,74%	25,70%	241.707		
4 - Indicadores ambientais		% sobre RO	% sobre RL	Valor		
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	81	0,02%	0,01%	880		
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-		
Total de investimentos em meio ambiente	81	0,02%	0,01%	880		
Quando ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas	() cumpre 51% a 75%	() não possui metas	() cumpre 51% a 75%		
utilização de recursos naturais, a empresa	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre 76% a 100%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre 76% a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	1027			1295		
Nº de admissões durante o período	27			38		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	226			256		
Nº de estagiários(as)	52			22		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	476			731		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	161			173		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	20,82%			20,35%		
Nº de negros(as), pardos(as) que trabalham na empresa	270			328		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	2,86%			16,81%		
Nº de portadores de deficiência/necessidades especiais	8			7		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2020		Metas 2021		
Relação entre a maior e a menor remuneração		32,51		-		
Número total de acidentes de trabalho	() direção	14	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) empregados(as)
Quando à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna	(x) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(x) não se envolve	() seguirá as normas da OIT	() incentivará e segue a OIT
A previdência privada contempla	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social/ambiental adotados pela empresa	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quando à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa	() não se envolve	(x) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	(x) apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as)	Na empresa	No Procon	Na justiça	Na empresa	No Procon	Na justiça
% de reclamações e críticas solucionadas	Na empresa	No Procon	Na justiça	Na empresa	No Procon	Na justiça
Distribuição do valor adicionado	36,68% governo; 0,00% acionistas;	32,70% empregados(as); 9,08% terceiros;	21,54% retido	35,52% governo; 0,00% acionistas;	55,16% empregados(as); 7,89% terceiros;	1,43% retido

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(em milhares de reais, exceto pela nota nº 32)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autoridade Portuária de Santos S/A, doravante denominada "SPA" ou "companhia", é uma empresa pública, com 99,99999984% do capital integralizado pela União com prazo de duração indeterminado, que se rege pelas normas de direito privado e, especificamente, pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Estatuto Jurídico das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e demais alterações posteriores e por seu Estatuto Social.

Fatos Relevantes

Leilões de áreas no porto de Santos:

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) promoveu em 28/08/2020, na Bolsa de Valores do Brasil (B3), o leilão de ativos de infraestrutura incluído no programa Pro-Brasil pelo qual os dois lances vencedores com os maiores valores de outorga importaram no montante de R\$ 505 milhões com as concessões dos terminais de celulose do Porto de Santos (SP), pelo período de 25 anos, a partir da data da assinatura. As informações específicas de cada contrato são:

Terminal STS 14: O grupo Eldorado Brasil Celulose arrematou esse terminal localizado na margem direita do Porto, no cais do Macuco, com área de 44,5 mil metros quadrados que terá dois berços de atracação com extensão aproximada de mil metros lineares. O valor da outorga foi de R\$ 250 milhões, sendo 25% pago após a assinatura do contrato e os 75% restantes em 5 (cinco) parcelas anuais. Os investimentos previstos são de R\$ 186,9 milhões para propiciar movimentação anual de celulose de até 2,0 milhões de toneladas. O valor global de receita estimada para a SPA na vigência desse contrato é de R\$ 2,19 bilhões.

Terminal STS 14A: O grupo Bracell SP Celulose Ltda. arrematou esse terminal localizado na margem direita do Porto, no cais do Macuco, com área de 45,1 mil metros quadrados com a outorga de R\$ 255 milhões, sendo 25% pagos após a assinatura do contrato e os 75% restantes em 5 (cinco) parcelas anuais. Os investimentos previstos são de aproximadamente R\$ 193 milhões com a expectativa de movimentar por ano 2,6 milhões de toneladas de celulose. O valor global de receita estimada para a SPA na vigência desse contrato também é de R\$ 2,19 bilhões.

Contexto, ações de resiliência e impactos causados pela Covid-19

A disseminação da covid-19, desde o início de 2020, afetou de forma significativa os negócios e atividades econômicas em escala global. Nesse contexto de incertezas, a SPA priorizou, desde o princípio, ações que pudessem prevenir e mitigar os efeitos adversos em suas operações.

Mesmo em face de um cenário com grandes desafios e graves consequências impostas a diversos setores e agentes econômicos, provocando queda de 4,1% do PIB nacional, as operações no Porto de Santos mantiveram elevado nível de atividade. Favorecido principalmente pelo excelente desempenho de importantes setores exportadores, o fluxo de cargas atingiu novo recorde e registrou crescimento de 9,4% em relação a 2019.

A Companhia tem pautado sua atuação adotando medidas tempestivas que visam preservar a saúde de seus colaboradores e as atividades do complexo portuário de Santos. Vale destacar a atuação da Célula de Crise, de caráter multidisciplinar e em contato direto com as principais autoridades do Porto (Capitania dos Portos de São Paulo – CPSP, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq, Polícia Federal – PF), com objetivo de monitorar constantemente os riscos advindos da evolução da pandemia, assim como planejar e implementar ações coordenadas que se façam necessárias para prevenir ou mitigar seus efeitos.

A implementação do home office para parte dos funcionários administrativos e todos os integrantes de grupos de risco revelou-se eficaz. No período entre março e dezembro de 2020, aproximadamente 26% dos colaboradores atuaram de forma remota ou estiveram afastados. Mesmo diante desse quadro desafiador a empresa conseguiu adequar suas operações e suportar com eficiência o elevado nível de atividade e movimentação do período. Ao mesmo tempo, persistimos na intensificação de todos os protocolos de saúde e segurança, além de ações de comunicação, conscientização e formação de multiplicadores de informações nos postos de trabalho.

Em relação ao contas a receber, como resultado das análises, não foi identificada necessidade de constituir provisões adicionais nas operações até o presente momento. Os indicadores de inadimplência apresentaram melhora em relação ao mesmo período do ano anterior.

Apesar das dificuldades em quantificar os impactos futuros, permanecemos atentos a quaisquer alterações de cenário. Os resultados alcançados em 2020 refletem o profissionalismo de uma gestão técnica e focada no aumento da eficiência, a robustez do agronegócio nacional e a resiliência do setor portuário. Aliado ao bom desempenho no fluxo de exportações, os indicadores dos últimos meses de 2020 demonstram importante recuperação no nível de importações. A movimentação de contêineres (segmento que transporta as cargas de maior valor agregado) registrou crescimento de 20% na comparação entre dezembro de 2020 com o mesmo mês de 2019 e atingiu a marca histórica de 437,4 mil TEU (medida padrão para um contêiner de 20 pés).

Seguimos focados para estruturar as operações de forma a viabilizar com a máxima eficiência a infraestrutura necessária para o escoamento da diversificada pauta de exportações e a recepção das importações.

De acordo com as estimativas da Administração e com o acompanhamento dos impactos da pandemia, não há efeitos que devam ser registrados nas informações nem há efeitos na sua continuidade operacional e/ou estatísticas da Companhia que justifiquem registro de provisões, além daquelas já divulgadas. A SPA continuará monitorando e avaliando os impactos da pandemia.

1A. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2019

A SPA está reapresentando os saldos das demonstrações contábeis de 2019, para fins de comparação, em razão da reclassificação de "Ajustes de Exercícios Anteriores" em 31/12/2020, de acordo com CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, que versa em seu item 42, sujeito ao disposto no item 43. A companhia faz retificação de erro quanto às Demonstrações Contábeis divulgadas referentes ao exercício de 2019 e exercícios anteriores. No exercício de 2020 a SPA efetuou a contabilização inicial referente ao déficit atuarial do Plano de Assistência à Saúde, explicada na nota 17.3.1 e também da complementação de aposentadoria, explicado na nota 17.3.2. Esses lançamentos, registrados em conformidade com o relatório atuarial apresentado pela Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda, foram apontados como ajustes de exercícios anteriores em função da sua natureza, ensejando a presente nota. Seguem abaixo os impactos nas demonstrações contábeis de 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2019 das reclassificações citadas:

Composição de Saldo DESCRICÃO	BALANÇO AJUSTADO 01/01/2019			31/12/2019		
	Original apresentado	Ajuste	Reapresentado	Original apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo Circulante	345.422	-	345.422	640.686	-	640.686
Ativo Não Circulante	2.432.693	-	2.432.693	2.369.509	-	2.369.509
Realizável Longo Prazo	698.832	-	698.832	677.112	-	677.112
Passivo Circulante	441.142	-	441.142	503.642	-	503.642
Passivo Não Circulante	1.387.299	-	1.387.299	2.606.157	75.767	2.530.390
Benefícios a empregados	-	-	-	75.767	-	75.767
Patrimônio Líquido	949.674	-	949.674	51.930	(75.767)	(23.837)
Prejuízos Acumulados	(464.426)	-	(464.426)	(1.259.209)	(75.767)	(1.334.976)
RESULTADO DO EXERCÍCIO AJUSTADO - 31/12/2019						
Descrição	Original apresentado	Ajustes	Reapresentado			
Receita Bruta	1.110.619	-	1.110.619			
Deduções	(143.272)	-	(143.272)			
Receita Líquida	967.347	-	967.347			
CMV/CSP	(342.203)	-	(342.203)			
Lucro Bruto	625.144	-	625.144			
Despesas/receitas operacionais	(421.165)	(75.767)	(496.932)			
Resultado Financeiro	(21.451)	-	(21.451)			
Resultado Operações Descontinuadas	(3.509)	-	(3.509)			
Resultado antes das deduções	178.019	-	178.019			
Imposto de renda e contribuição social	(91.732)	-	(91.732)			
Resultado do Exercício	87.287	-	87.287			11.520

Descrição	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA AJUSTADO - 31/12/2019		
	Original apresentado	Ajustes	Reapresentado
Fluxo de caixa de atividades operacionais	356.849	-	356.849
Fluxo de caixa de atividades de investimento	(5.068)	-	(5.068)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	3.441	-	3.441
Aumento/redução no caixa/equivalente de caixa	355.222	-	355.222

Os efeitos na demonstração do resultado abrangente e na demonstração das mutações do patrimônio líquido não estão sendo demonstrados nos quadros acima, pois nas apresentadas originalmente só havia "ajuste do exercício anterior", sendo, dessa forma, desnecessária apresentação da demonstração do resultado abrangente e, tendo os efeitos dos ajustes mencionados sido contemplados na demonstração das mutações do patrimônio líquido apresentada.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos relevantes ocorridos no exercício de 2020 e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis e métodos de mensuração são os mesmos que os adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais e estão detalhadas em notas explicativas específicas.

Auração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações Financeiras são apresentadas em Real (R\$), moeda funcional da sociedade e de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. As normas atuais estabelecem requerimentos para a classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros.

a) Perda no valor recuperável dos ativos financeiros (Impairment):

As perdas de crédito esperadas (PCE) são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis.

b) Classificação e mensuração de ativos financeiros:

Os ativos financeiros devem ser classificados em uma de três categorias estabelecidas pelas normas contábeis: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo.

A Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros da Companhia incluídos na categoria de custo amortizado compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos com partes relacionadas e contas a pagar com empreiteiros e fornecedores.

Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

continua

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO
AUTORIDADE PORTUARIA DE SANTOS S.A. 2

Reconhecimento de perdas de crédito esperadas

Perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis. Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais, considerando também parecer dos advogados da Companhia nos valores que envolvam análise dos processos judiciais e seguindo as normas contidas no CPC-48.

Estoques

Os estoques compreendem os materiais destinados ao consumo e à manutenção das atividades e são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo valor de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizados 90% da taxa prevista para a expectativa de vida útil do bem.

Intangível

O intangível é composto apenas de licenças de uso de software e são capitalizadas com base nos custos de aquisição e demais custos de implementação. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

Partes Relacionadas

É a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade, conforme Política de Transações com Partes Relacionadas da SPA, aprovada pelo Conselho de Administração em 28/03/2018.

A SPA administrou a partir de 29/12/2015, por meio do Convênio 001/2015, o Terminal Pesqueiro de Laguna/SC, sendo que em 16/10/2019 o referido convênio foi rescindido com o Ministério da Infraestrutura via Extrato do Termo de Rescisão Amigável nº 001/2019, que celebraram a União, por intermédio do Ministério da Infraestrutura, e a SPA.

Passivo circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas até a data da elaboração das demonstrações financeiras, sendo considerados no passivo circulante as obrigações com vencimentos até 360 dias e no passivo não circulante as obrigações cujo o vencimento seja superior a 360 dias.

Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar aos empreiteiros e fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso das atividades operacionais e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, sendo apresentadas neste caso, como passivo não circulante.

Salários, encargos e contribuições sociais

Os salários, férias, 13º salário, participação nos resultados, adicionados dos encargos e contribuições sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

Operações de Arrendamento Mercantil – IFRS 16 – CPC 06 (R2)

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

A companhia adotou as isenções previstas na norma relativas ao reconhecimento de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos cujo ativo subjacente é de baixo valor, não havendo impacto tributário no ano calendário.

Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza.

Receita Diferida

A Companhia possui em vigência diversos contratos de arrendamento, nos quais os arrendatários efetuam pagamento à SPA em parcelas mensais e trimestrais do aluguel pela exploração da área durante a vigência do contrato. Os valores das outorgas são contabilizados como receita diferida e reconhecidos à receita, em bases lineares, pela fruição do prazo de vigência do contrato.

Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos e são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for lida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e é efetuado o seu reconhecimento.

Os passivos contingentes são reconhecidos quando são considerados como de perda provável pela área jurídica da sociedade e divulgados em nota explicativa quando são classificados como de perda possível.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão não é demonstrada líquida dos depósitos judiciais.

Imposto de Renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação e alíquotas vigentes no final do período que está elaborada as demonstrações financeiras.

Imposto de Renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, considerando as alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras. O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos fiscais não utilizados quando seja provável a existência de lucro tributável e está previsto no pronunciamento Ibraccon NPC 25 e no CPC 32.

Tributos sobre receitas

As receitas tarifárias e de arrendamento de áreas estão sujeitas à incidência do Pis – Programa de integração social e da Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade, e os créditos decorrentes da não cumulatividade, são apresentados como conta redutora da respectiva despesa que ensejou o crédito.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos com os passivos assumidos pela sociedade ou outras transações financeiras.

Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use estimativa e premissas que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas de crédito esperadas e provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A liquidação poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as imprecisões decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

Representam numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	15.407	13.876
Aplicações financeiras	844.454	547.786
Total	859.861	561.662

b) Natureza das aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Conforme Resolução 3284 de 25/05/2005, alterada pela Resolução 4034, de 30/11/2011, do BACEN, a aplicação das disponibilidades somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. As aplicações são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo seu valor de mercado/realização.

	31/12/2020	31/12/2019
Fundo de renda fixa - BB	618.114	269.660
Fundo de renda fixa - CEF	226.340	278.126
Total	844.454	547.786

5. VALORES VINCULADOS À APLICAÇÃO EM INFRAESTRUTURA

O Governo Federal, por meio do Banco do Brasil, remete valores previstos no orçamento de investimentos da SPA, cuja contrapartida é efetuada em créditos da União para aumento de capital. A nota explicativa nº 23 complementa a informação em relação aos valores recebidos. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, os recursos são utilizados estritamente para pagamento de obras ou aquisições previstas nas ações do orçamento de investimento com recursos do Tesouro Nacional, dessa forma estão informados como valores vinculados à aplicação em obras de infraestrutura e não integram as disponibilidades no demonstrativo do fluxo de caixa. Das obras referenciadas no quadro abaixo, o Alinhamento de Cais no Porto de Santos está concluída e as demais estão paralisadas, mas com estudos sobre sua continuidade. Para projetos encerrados ou cancelados, será solicitado que a União proceda ao remanejamento dos valores para outras rubricas de investimentos.

	31/12/2020	31/12/2019
Alinhamento de cais no Porto de Santos (SP)	58	58
Sistema de apoio de gestão de tráfego de navios (SP)	6.876	6.877
Sistema portuário de monitoramento de cargas	2.000	2.000
Gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos	3.632	3.632
Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos	19	-
Subtotal	12.586	12.567
Rendimentos financeiros	3	6
Saldo Total	12.589	12.573

Por vezes, a SPA necessita cumprir suas obrigações contratuais decorrentes dos serviços prestados em infraestrutura, de responsabilidade do Governo Federal, e aprovada em seu momento, sem que tenha recebido os respectivos recursos financeiros. Em 31/12/2020 a Companhia é credora do valor de R\$ 98 (R\$ 611 em 31/12/2019), conforme quadro abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Investimentos em Infraestrutura	98	100
- Reforço do cais entre os armazéns 12 e 23	-	511
- Avenida Perimetral – Santos	-	511
Total	98	611

6. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS E DIREITOS CONTRATUAIS

	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber	187.959	138.780
Contas a receber - recuperação judicial	15.275	15.275
Perdas de crédito esperadas (PCE)	(73.417)	(70.509)
Direitos contratuais de arrendamento - Outorga	390.480	-
Total	520.297	58.546
Circulante	82.627	53.939
Não Circulante	437.670	27.607

(i) Nas perdas de crédito esperadas (PCE) estão incluídas apenas empresas com processos judicializados e expectativa de perda possível. Os valores a receber decorrentes das atividades da empresa estão garantidos por depósitos e/ou fianças bancárias e as eventuais perdas não possuem materialidade.

Em relação ao contas a receber, como resultado das análises, não foi identificada necessidade de constituir provisões adicionais nas operações até o presente momento. Os indicadores de inadimplência apresentaram melhora em relação ao mesmo período do ano anterior.

(ii) Direitos contratuais de arrendamento – outorga, corresponde aos saldos das outorgas das áreas STS 14 e STS 14A, conforme descrito na nota explicativa nº 1 (Fatos Relevantes). Os grupos Eldorado Brasil Celulose e Bracell SP Celulose Ltda ofertaram de outorga pelas áreas as importâncias de R\$ 250 milhões e R\$ 255 milhões, respectivamente, sendo que 25% do valor foi pago pelos arrendatários e os 75% restantes será pago em 5 (cinco) parcelas anuais. O valor da outorga será reajustado pelo IPCA acumulado entre o mês da realização da sessão pública e a data de pagamento de cada parcela anual. A primeira parcela anual será devida após o término do 12.º (décimo segundo) mês contado da data de assunção da área e as demais a cada 12 (doze) meses.

(iii) O valor de R\$ 437.670 indicado no quadro acima é composto por R\$ 47.190 de contas a receber e R\$ 390.480 de outorga.

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento da natureza dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	-	2.111
Impostos retidos sobre faturamento	271	93
CSLL paga a maior	1.657	1.657
IRPJ pago a maior	4.230	4.229
FGTS pago a maior	69	125
Total	6.227	8.215

A importância registrada em CSLL e IRPJ pagos a maior é decorrente de pagamento efetuado a maior sobre fatos geradores referentes a competência dezembro/2018 e que foi solicitado, administrativamente, a restituição junto a Secretaria da Receita Federal.

8. PARTES RELACIONADAS

É a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade. E transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

Os recursos repassados pelo Porto de Santos ao terminal pesqueiro de Laguna/SC, que foi administrado pela SPA conforme mencionado na nota explicativa nº 1, podem ser reembolsados pelo Ministério da Infraestrutura. A questão está sendo tratada entre as partes, porém foi constituída provisão para referido valor. Os valores relativos aos demais órgãos se referem exclusivamente a ressarcimento de colaboradores cedidos.

	31/12/2020	31/12/2019
Ministério da Infraestrutura	50.252	52.359
(-) Valores contestados	(44.736)	(45.463)
Ministério da Economia em Itajaí/SC	11	17
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	136	84
Ministério do Trabalho	290	297
Total	5.953	7.294

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios. Os valores dos depósitos recursais visam garantir o recurso da sentença judicial. A natureza dos depósitos está segregada abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos Recursais Cíveis	23.042	22.046
Depósitos Recursais Trabalhistas Líquido	104.002	118.374
Depósitos Recursais Tributárias	2.961	2.961
Ações Regressivas Trabalhistas - Responsab. Solidária	4.665	4.230
Total	134.670	147.611

10. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

O valor de R\$ 181 (R\$ 243 em 31/12/2019) corresponde aos bens baixados do ativo imobilizado e classificados no realizável a longo prazo, em razão de ser necessária a alienação dos mesmos por meio de leilão, cujo trâmite não permite identificar, com absoluta certeza, se o processo licitatório será realizado nos próximos doze meses e se haverá interessados na aquisição dos lotes.

11. IMOBILIZADO LÍQUIDO

Tipo de Ativo	Saldo em 31/12/2019	Aquisições	Baixas Líquidas	Depreciação	Transferências Líquidas	Impairment	Saldo em 31/12/2020
Mobiliário em Geral	1.616	6	-	(220)	-	-	1.368
Veículos	740	-	(6)	(107)	(34)	-	576
Máquinas Motores e Aparelhos	5.876	302	-	(1.250)	(93)	(2.821)	2.014
Equipamentos Diversos	1.601	-	-	(164)	-	-	1.437
Outros Bens Móveis	95	-	-	(10)	-	-	85
Equipamentos de Informática	8.946	23	(2)	(1.452)	(95)	(29)	7.391
Edifícios	29.389	-	(278)	(1.156)	-	(182)	27.773
Instalações	737.351	-	(75)	(11.792)	(8)	(8.616)	716.860
Obras em Andamento	49.307	2.010	-	-	-	-	51.317
Bens Móveis para Fins Industriais	4.624	-	(5)	(430)	-	(16)	4.173
Bens Imóveis para Fins Industriais	27.087	-	-	(3.003)	-	-	24.084
Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre)	167.263	-	-	(11.024)	-	(2)	156.237
Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre)	19.662	-	-	(1.001)	-	(22)	18.639
Obras de Construção - (Infraestrutura Aquaviária)	42.594	-	-	-	-	-	42.594
Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento)	51.840	-	-	-	-	-	51.840
Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias)	537.801	-	(103)	(9.807)	-	(2.932)	524.959
Total	1.685.792	2.341	(469)	(41.416)	(281)	(14.620)	1.631.347

Tipo de Ativo	Saldo em 31/12/2018	Aquisições	Baixas Líquidas	Depreciação	Transferências Líquidas	Impairment	Saldo em 31/12/2019
Mobiliário em Geral	1.691	197	(12)	(276)	16	-	1.616
Veículos	876	-	(15)	(121)	-	-	740
Máquinas Motores e Aparelhos	7.032	185	(53)	(1.288)	-	-	5.876
Equipamentos Diversos	1.854	-	(55)	(198)	-	-	1.601
Outros Bens Móveis	106	(1)	-	(10)	-	-	95
Equipamentos de Informática	6.135	1.188	(10)	(1.321)	2.954	-	8.946
Edifícios	30.555	-	-	(1.166)	-	-	29.389
Instalações	748.963	70	-	(11.784)	102	-	737.351
Obras em Andamento	50.038	4.315	(1.612)	-	(3.434)	-	49.307
Bens Móveis para Fins Industriais	5.128	-	-	(504)	-	-	4.624
Bens Imóveis para Fins Industriais	30.287	1	-	(3.201)	-	-	27.087
Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre)	177.911	-	-	(11.010)	362	-	167.263
Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre)	20.664	-	-	(1.002)	-	-	19.662
Obras de Construção - (Infraestrutura Aquaviária)	42.594	-	-	-	-	-	42.594
Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento)	51.840	-	-	-	-	-	51.840
Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias)	547.608	-	-	(9.807)	-	-	537.801
Total	1.723.282	5.955	(1.757)	(41.688)	-	-	1.685.792

11.1 IMPAIRMENT

Conforme determina a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado, sendo os ativos agrupados em 03 unidades geradoras de caixa - UGC, assim denominadas:

- Sistema Porto
 - Engloba todas as atividades relativas as operações de carga e descarga mediante a cobrança de tarifas portuárias e arrendamentos de áreas objeto de licitações com a celebração de instrumentos contratuais;
- SEP (Sistema Elétrico de Potência): Aos usuários do Porto é disponibilizado energia elétrica - geração, transmissão e distribuição - através da Usina Hidrelétrica de Itatinga situada no município de Bertoga;
- Estações de Tratamento de Água e Esgoto:
 - A SPA efetua a prestação de serviços de água tratada e de esgoto no âmbito do Porto Organizado de Santos. Ao mensurar o valor em uso, a entidade deve:
 - basear as projeções de fluxo de caixa em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, por parte da Administração, do conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil remanescente do ativo. Importância maior deve ser dada à evidência externa;
 - basear as projeções de fluxo de caixa nos orçamentos/projeções mais recentes aprovados pela Administração, mas deve excluir qualquer estimativa de futuras entradas ou saídas de caixa que se espera originar de reestruturações futuras ou de melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo. Projeções baseadas nesses orçamentos/previsões devem abranger o período máximo de cinco anos, a menos que se justifique um período mais longo; e
 - estimar as projeções de fluxo de caixa para além do período coberto pelos orçamentos/previsões mais recentes, por meio da extrapolação das projeções baseadas em orçamentos/previsões, utilizando uma taxa de crescimento estável ou decrescente para anos subsequentes, a menos que uma taxa crescente possa ser justificada. Essa taxa de crescimento não deve exceder a taxa de crescimento médio de longo prazo para os produtos, indústrias, país ou países nos quais a entidade opera ou para o mercado no qual o ativo é utilizado, a menos que uma taxa mais elevada possa ser justificada.
 - A Wacc foi definida em 9,38% a.a., conforme Nota

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da companhia, previstas na Lei 12.815, de 05/06/2013.

Riscos operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Automóveis	307.758	427.492
Responsabilidade civil	2.119	3.649
	30.000	30.000

14. OUTROS CRÉDITOS

Férias a apropriar	31/12/2020	31/12/2019
Sinistros cobertos por apólice	816	1.392
Cobrança de Plano de Saúde	281	292
Diversos	591	513
Despesa Antecipada - Assinaturas e Anuidades	188	202
Multa – Prefeitura de Santos – Proc. 54014/2006	18	-
Total	2.020	2.525
Curto Prazo	1.732	1.834
Longo Prazo	288	691

15. SALÁRIOS, PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

Salários a pagar	31/12/2020	31/12/2019
Provisão de férias	9.614	11.372
Provisão de 13º Salário	28.101	35.973
Encargos sociais	6.083	7.505
Remuneração variável dos administradores	-	119
Total	43.798	54.969

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS	31/12/2020	31/12/2019
Retenção de tributos federais- Lei 10.833/03	540	580
Retenção para seguridade social – INSS	1.727	904
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	516	352
Programa de integração social – PIS	6.743	8.658
Contribuição financiamento seg. social – COFINS	1.607	1.275
Imposto sobre serviços – ISS	7.554	5.899
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.453	964
Total – Curto prazo	30.055	23.864

17. PLANO DE PENSÃO E BENEFÍCIOS

17.1 – Déficit Atuarial Portus

A gestão do plano de previdência complementar patrocinado pela companhia é responsabilidade do Portus - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, criado em abril de 1979 para administrar o Plano de Benefícios dos empregados do sistema portuário brasileiro. O Portus é fiscalizado pelo órgão de supervisão dos fundos de pensão - Previc - Superintendência Nacional de Previdência Complementar vinculada ao Ministério da Fazenda. O Portus administra um único plano de benefício - Plano de Benefício Portus 1 - PBP1-, fechado para adesões desde 2011, estruturado na modalidade de Benefício Definido - BD, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefício - CNPB da Previc sob o nº 19.780.055- 29 e multipatrocinado por 14 empresas, dentre as quais 13 de natureza pública (08 Federais, 04 Estaduais e 01 Municipal) e 01 de direito privado (próprio Portus), e sob Intervenção Federal decretada pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 23/08/11. As informações atuariais, de responsabilidade de empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda, estão apresentadas abaixo:

Passivo líquido		
Passivo líquido em 2019		1.082.028
Custo no período		71.140
Ganhos/perdas atuariais líquidas		(319.156)
Contribuições do empregador para o plano		(165.835)
Compartilhamento de risco		252.984
Passivo líquido em 2020		921.161
Conciliação do passivo		
Plano de pensão déficit atuarial	(17.1)	433.745
Plano de pensão - TCF	(17.2)	487.416
Total		921.161

Premissas:

Premissas adotadas (final do ano)	31/12/2020	31/12/2019
1. Taxa de desconto (nominal)	6,52%	6,85%
2. Retorno esperado dos ativos do plano	6,52%	6,85%
3. Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	4,00%
4. Reajuste nominal do benefício	0,00%	0,00%

Base de dados:

Participantes ativos (passivo principal)	31/12/2020	31/12/2019
Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	205	377
Aposentados	4.124	4.094
Pensionistas	2.524	2.511
Número total de participantes	1.600	1.583
Duração da obrigação (para determinar taxa de desconto)	4.329	4.471
	8	11

Valor Justo dos Ativos do Plano:

	31/12/2020	31/12/2019
1. Principais Categorias de Ativos (%)		
2.a Disponível	117	0,02%
2.b Realizável (Prev e Adm)	544.215	71,52%
Contribuições Contratadas	487.415	64,05%
Outros ativos a receber	56.800	7,46%
2.c Títulos Públicos	40.182	5,28%
2.d Créditos Privados e Depósitos	40.182	0,00%
2.e Ações	48.695	6,40%
2.f Fundos de Investimentos	63.637	8,36%
Renda Fixa	63.515	8,35%
Imobiliário	123	0,02%
2.g Investimentos Imobiliários	58.674	7,71%
2.h Empréstimos e Financiamentos	-	0,00%
2.i Outros - Depósitos Judiciais	5.415	0,71%
Total Ativo	760.935	100,00%
(+) Ajuste Valor de Mercado	862	-
(-) Contribuições Contratadas	(487.415)	-
(-) Contribuições Contratadas em atraso	(1.876)	(8.828)
(-) Uso Próprio	(2.854)	(5.654)
(-) Exigível Operacional	(1.937)	(18.652)
(-) Exigível Contingencial	(10.712)	(15.680)
(-) Fundo Previdencial	(12.813)	(40.348)
(-) Fundo de Investimento	-	(6.798)
(-) Fundo administrativo	(24.001)	(69.664)
Valor Justo dos Ativos	220.389	204.558
Percentual rateio (acordado 12/2019)	N/A	51,73%
Valor Justo dos Ativos	N/A	105.810
Rentabilidade projetada para o mês	N/A	-
Saldo Previdencial do mês	N/A	-
Valor Justo dos Ativos final	220.389	105.810
N/A - Não aplicável		

Outras premissas atuariais materiais:

Detalhe	31/12/2020	31/12/2019
Rotatividade projetada dos empregados	Não Disponível	Não Disponível
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)
Tábua Entrada em Invalidez	Hunter	Hunter
Tábua de Mortalidade de Invalídios	Winklevoss	Winklevoss

Conciliação da obrigação benefício definido – Segregado 2020

	ATIVOS	INATIVOS
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	291.518	853.869
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	(303)	-
3. Custo dos juros	5.290	15.274
4. Contribuições de participantes do plano	1.204	-
5. Benefícios pagos	-	(34.057)
6. Ganho/perda atuarial	(131.243)	182.482
6.a Ganho/perda atuarial - mudança de premissas	14.314	69.294
6.b Ganho/perda atuarial - ajuste de experiência	(145.557)	113.188
6.c Ganho/perda atuarial - redução de Direitos	-	-
6.d VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e assistidos)	-	-
7. Contribuições Extraordinárias Assistidos	-	6.537
8. Obrigação de Benefício Definido no final do ano	166.466	1.024.105

Análises de Sensibilidade

Montante do:	Tábua Biométrica	Tábua Biométrica	Taxa de Juros	Taxa de Juros
	1,0%	-1,0%	0,25%	-0,25%
Valor presente da obrigação atuarial do plano	1.165.597	1.217.697	1.166.469	1.215.508
Valor justo dos ativos do plano	220.389	220.389	220.389	220.389
(Passivo) / Ativo líquido inicial	(945.208)	(997.308)	(946.118)	(995.118)
Passivo do Patrocinador com Redução de direitos (TCF)	487.415	487.415	487.415	487.415
Passivo do Patrocinador com contribuição Futuras (Assistidos)	121.696	127.315	121.787	126.907
Passivo do Patrocinador com contribuição Extraordinárias	258.809	270.377	259.002	269.891
(Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado	(77.268)	(112.380)	(77.875)	(110.906)
Efeito compartilhamento de riscos - participantes	40.259	58.539	40.565	57.771
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido	(904.949)	(938.769)	(905.514)	(937.348)
Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa - (TCF)	487.415	487.415	487.415	487.415
(Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(417.533)	(451.353)	(418.099)	(449.932)
Variáveis:				
Aumento/redução obrigação atuarial	-2,10%	2,28%	-2,02%	2,09%
Variável Passivo/Ativo Reconhecido	-2,47%	2,68%	-2,38%	2,46%

Os valores constantes do Balanço Patrimonial de R\$ 953 em 31/12/2020 (1.784 em 31/12/2019) são relativos às contribuições mensais devidas ao Portus referente ao mês de dezembro/2020.

17.2 – PLANO DE PENSÃO - TERMO DE COMPROMISSO FINANCEIRO

Em 21 de setembro de 1981, a empresa firmou Convênio de Adesão junto ao Portus a fim de se tornar patrocinadora do Plano de Benefícios Previdenciários Portus1 – PBP1 administrado pela referida Entidade. Para equacionar a grave insuficiência patrimonial do PBP1, fechado para novas adesões desde 2011, foi ajustado entre os responsáveis do custeio do plano multipatrocinado pelas companhias do sistema portuário e o Portus (Entidade Administradora) a adoção de estratégia previdencial própria, desenvolvida para buscar a solvência do PBP1. Desta forma a SPA (Patrocinadora) firma o compromisso de arcar com os valores sob sua responsabilidade em razão da imposição legal de equacionar o resultado deficitário do PBP1, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001. Neste Termo de Compromisso Financeiro (TCF), considerando a metodologia de cálculo constante da estratégia previdencial desenvolvida para buscar a solvência do PBP1, a Patrocinadora SPA assume a responsabilidade de arcar com o valor de R\$ 577.345, apurado em 31 de dezembro de 2019, referente aos valores devidos ao Plano de Pensão - PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar. O valor acima corrigido até a data da assinatura do termo passou a ser de R\$ 589.105. A previsão de pagamento inicial de 20% do saldo devedor, corrigido até o mês anterior ao da assinatura do Termo, foi efetuado em 22/06/2020 no montante de R\$ 117.821. O saldo devedor de 80% (oitenta por cento) será liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas mensais e sucessivas, com amortização calculada pelo sistema Price, taxa de juros mensal de 0,39% (equivalente à taxa anual de 4,81%), acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Desta forma, está demonstrado abaixo o saldo devedor do Termo de Compromisso Financeiro após os registros contábeis acima mencionados:

	31/12/2020	31/12/2019
Termo de Compromisso Financeiro – Plano PBP1	589.106	-
(-) Pagamento da parcela de 20% do saldo devedor	(117.821)	-
(-) Pagto de Parcelas	(22.526)	-
(+) Juros e atualização monetária	38.657	-
Saldo devedor remanescente	487.416	-
Circulante	33.615	-
Não circulante	453.801	-

17.3 – PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

	31/12/2020	31/12/2019
Benefícios a Empregados		Reapresentado
Plano de Assistência à Saúde	(17.3.1)	25.097
Complementação de Aposentadoria	(17.3.2)	56.210
		81.307

17.3.1 – PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A SPA disponibiliza plano de saúde a seus empregados, ex-empregados e respectivos dependentes. O plano é administrado pela Santa Casa de Santos e operado na modalidade de preço preestabelecido, com custeio por grupo familiar, sendo que o empregado arca com 50% do valor dessa mensalidade. Quando do desligamento do empregado, a SPA deve garantir o direito de manter a sua condição de beneficiário, nos termos dos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98 e da Resolução Normativa nº 279/2011 da ANS. Conforme previsto no Acordo Coletivo vigente, para os ex-empregados, no período de 01/01/2021 a 30/04/2021, a SPA irá subsidiar 20% do valor de suas mensalidades para o plano e a partir de 01/05/2021 o ex-empregado será responsável pelo custeio integral do plano de saúde. Apesar do ex-empregado, a partir de maio/2021, custear integralmente a sua contribuição, não recebendo mais qualquer subsídio da empresa, caso a receita total desse grupo não seja suficiente para arcar com suas despesas (assistenciais e não assistenciais), fica caracterizada a existência do subsídio cruzado oriundo da SPA, para custear uma parte da despesa. Os cálculos do compromisso da SPA com a assistência médica pós-emprego foram efetuados com base no valor do subsídio cruzado concedido pela empresa ao ex-empregado, determinado com base no valor per capita da mensalidade por grupo familiar e na distribuição etária.

PREMISSAS UTILIZADAS NOS CÁLCULOS DE 31/12/2020

Item	10,91
Duration dos benefícios (anos)	2035
NTN-B (vencimento)	3,21% a.a.
Taxa indicativa da NTN-B	3,21% a.a.
Taxa real anual de juros (adotada no desconto a valor presente)	3,50% a.a.
Inflação anual futura estimada	6,8224% a.a.
Taxa nominal anual de juros	6,8224% a.a.
Taxa nominal anual esperada de retorno dos investimentos	3,28% a.a.
HCCTR (health care cost trend rate)	3,08% a.a.
Aging factor	3,05%
Rotatividade anual	AT 2000 (Basic) Masculina
Tábua de mortalidade geral	Winklevoss
Mortalidade de inválidos	Ativos e Assistidos: real
Composição familiar	62/65 anos
Idade prevista na aposentadoria	

SEGREGAÇÃO DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO

	Valor Presente da obrigação
Benefícios a Conceder	3.580
Benefícios Concedidos	21.517
Total	25.097
Outros resultados abrangentes	2.725
Passivo atuarial - Não circulante	22.372

17.3.2 – COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

Ao se aposentarem, os empregados admitidos até 04/06/1965 passam a receber da empresa benefício vitalício de complementação de aposentadoria, definido como a diferença entre (I) o valor do salário base acrescido do adicional por tempo de serviço na época de seu desligamento, reajustado conforme a variação salarial ocorrida nos salários dos empregados ativos e (II) o benefício de aposentadoria pago pela Previdência Oficial. O valor pago a título de complementação de aposentadorias no ano de 2020 foi de R\$ 7.912 (R\$ 7.004 em 2019). Atualmente existem 236 ex-empregados no usufruto do benefício não extensivo aos dependentes.

Conciliação da obrigação do benefício definido	2020	2019
1. Obrigação do benefício definido no início do exercício	55.318	-
2. Custo do serviço corrente	-	-
3. Custo dos juros	3.224	-
4. Benefícios pagos	(7.912)	-
5. Ganho(perda) atuarial - Resultados Abrangentes	5.580	-
5.1 Ganho(perda) atuarial - mudança de premissas	754	-
5.2 Ganho(perda) atuarial - ajuste de experiência	4.826	-
6. Obrigação de benefício definido no final do exercício	56.210	55.318

18. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIOS

A Companhia mantém contratos de arrendamentos, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do Porto Organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas "sítio padrão", conforme a seguir descritas:

- a) **Sítio de Cais:** plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);
- b) **Sítio de Retroárea:** plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

Nos contratos abaixo, cujas áreas demandavam investimentos para que fossem atingidas as condições mínimas exigidas nas regras descritas no "Sítio Padrão", tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores das obras realizadas pelo arrendatário são ressarcidos pela Companhia, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas. A composição está demonstrada abaixo:

Arrendatário	31/12/2019	Correção 2020	Pagamentos 2020	31/12/2020
Brasil Term. Portuário				
Contrato 24/2001 (até 01/2027)	111.673	25.083	(15.808)	120.948
Correção: IGP-M/mensal				
Ecoporto Santos S/A				
Contrato 28/1998 (até 06/2023)	7.911	353	(2.331)	5.932
Correção: TJLP/trimestral				
Total	119.584	25.436	(18.139)	126.880
Curto Prazo	18.026	-	-	22.255
Longo Prazo	101.558	-	-	104.625

19. PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. Com base em informações do Departamento Jurídico, a empresa constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

19.1 Processos judiciais provisionados:

Provisão trabalhista

Nos processos trabalhistas, destacam-se: (I) ações individuais de revisão da metodologia de cálculo da complementação de aposentadoria; (II) diferenças de cálculo de horas extras e seus reflexos nos repousos semanais remunerados; e (III) adicional noturno.

Provisão cível

Refere-se basicamente a: (I) pleitos de atualização monetária e juros envolvendo contratos de prestação de serviços; e (II) indenizações por lucros cessantes. O quadro abaixo demonstra a movimentação dos valores provisionados:

Movimentação	Provisões Trabalhistas	Provisões Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2018	208.985	180.341	389.326
(+) Adições	47.188	90.855	138.043
(-) Reversão e baixas	(27.229)	(16.502)	(43.731)
Saldo em 31/12/2019	228.944	254	

**Sumário
Caderno Empresarial 2**

BALANÇO	
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S.A.	2

PORTUS – O montante mencionado e considerado para fins de provisionamento, no processo impetrado pelo Portus - Instituto de Seguridade Social, correspondente ao valor dado à causa, tendo em vista a ausência de sentença de mérito até o momento, refere-se ao montante total do movido pela entidade contra todas as patrocinadoras, como forma de reajustamento do seu déficit atuarial.

RODRIMAR - Processo sensível, tendo em vista a impossibilidade, neste momento, de mensurar o real valor devido, sendo certo que este vem sendo provisionado, como provável, no montante de R\$ 80 milhões, correspondentes à atualização da manifestação técnica anterior da SPA nos autos (ano de 2010) no âmbito da Justiça Estadual. Quanto ao mesmo processo, igualmente se verifica a alocação do montante de R\$ 361 milhões como provável, correspondentes à diferença atualizada do valor defendido pela empresa Rodrimar. Neste momento pendente decisão judicial crucial para o adequado estabelecimento dos valores em discussão, sendo certo que de um lado encontram-se esta SPA e a União Federal pleiteando a realização de nova prova pericial contábil, sob parâmetros técnicos que passaram ao largo da perícia anteriormente realizada (Justiça Estadual) e posteriormente anulada, enquanto que, por outro lado, encontra-se a empresa Rodrimar pleiteando a revalidação do citado laudo pericial, justificando, assim, a "quebra" de provisão sob dois critérios de classificação (provável e possível).

DRAGA – Processo movido pelo consórcio contra a União e a SPA, pleiteando o reconhecimento do direito ao equilíbrio econômico-financeiro no ambiente do contrato administrativo Nº 18/2009 firmado a União Federal por meio da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República – SEP, em que a Codesp figurava apenas como interveniente-anuente. O objeto do contrato foi a dragagem por resultado nos acessos aquaviários no Porto de Santos, compreendendo a dragagem de aprofundamento e manutenção.

Processos judiciais: IPTU

As prefeituras municipais de Santos e Guarujá entendem que o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU incide sobre os imóveis utilizados no Porto de Santos, de propriedade da União, e que não estão registrados no ativo imobilizado da SPA. Os julgamentos do Supremo Tribunal Federal (processos nº 3029/95, 4099/94, 1982/04, 7099/92, 5787/95 e 5765/95) por meio da 1ª e 2ª Turmas reconheceram a não incidência do IPTU sobre os imóveis da União, administrados pela SPA, entendimento este confirmado mediante o julgamento pelo Pleno (Recurso Extraordinário 253472).

20. PROGRAMA INCENTIVADO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO - PIDV

A Diretoria Executiva, em 10 de dezembro de 2019, aprovou o programa incentivado de desligamento voluntário (PIDV). O período de adesões ocorreu entre 10/12/2019 a 21/04/2020 e se destinou aos empregados com 30 anos de serviço na empresa e idade superior a 55 anos cumulativamente, com os desligamentos previstos de 01/05/2020 a 31/12/2020. A implantação do programa está alinhada ao plano estratégico institucional da empresa buscando alcançar o equilíbrio econômico-financeiro.

Foram desligados no PIDV 209 (duzentos e nove) empregados, com um gasto total de R\$ 48.679.

21. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos assinados com a SPA envolvem pagamentos feitos antecipadamente, que são reconhecidos em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil. No resultado do exercício foi reconhecida à receita a importância de R\$ 25.708 (R\$ 25.708 em 31/12/2019), conforme composição abaixo:

Contratos	69/97	02/09	01/10	45/16	04/20	05/20	Total
Saldo 31/12/2018	19.980	140.021	175.635	2.050	-	-	337.686
Apropriações no período	(5.101)	(8.751)	(10.977)	(878)	-	-	(25.708)
Saldo em 31/12/2019	14.879	131.270	164.658	1.171	-	-	311.978
Entrada	-	-	-	-	250.000	255.000	505.000
Apropriações no período	(5.101)	(8.752)	(10.977)	(878)	-	-	(25.708)
Saldo em 31/12/2020	9.778	122.518	153.681	293	250.000	255.000	791.270
Apropriação em meses	300	300	300	60	300	300	
Meses faltantes	22	168	168	4	300	300	

22. CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL

A União destina recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Nos recursos recebidos pela SPA, enquanto não capitalizados, incidem encargos financeiros com base na variação da taxa Selic, conforme previsto no decreto 2.673/98.

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	842.445	791.715
Créditos da União no exercício	612	3.440
Encargos financeiros – Decreto 2673/98	23.022	47.289
Saldo final	866.079	842.444

Em 28/09/2020, foi publicado o Decreto 10.498 que autorizou a capitalização de créditos da União, no montante de R\$ 383.201, acrescidos de juros calculados pela variação da taxa Selic da data do repasse do crédito até a sua capitalização.

23. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O adicional de tarifa portuária - ATP incidente sobre as tabelas das tarifas portuárias foi criado pela Lei 7.700/1988, que foi revogada pela Lei 9.309/1996. O adiantamento de tarifas portuárias são depósitos de garantia efetuados pelos usuários do porto.

	31/12/2020	31/12/2019
Adicional de tarifa portuária	6.476	6.476
Adiantamento de Tarifa Portuária	8.463	12.200
Cauções	4.449	4.689
Emprestimos para funcionários	252	323
Pensões Judiciais	506	540
Contribuições Sociais e Sindicais	284	312
Diversos	976	263
Total	21.406	24.803
Circulante	21.406	24.803
Não Circulante	-	-

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social em 31 de dezembro de 2020 é representado por 136.827.367.225 ações ordinárias e 136.852.828.482 preferenciais, ambas as espécies nominativas, sem valor nominal e de classe única. A SPA é uma empresa pública e tem como únicos acionistas a União Federal, com 273.680.195.271 ações (99,99999984%) e o Município de Santos, com 436 ações (0,00000016%).

25. RECONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA PARA A RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são provenientes das tarifas cobradas pela utilização da infraestrutura portuária e dos arrendamentos de áreas dentro do Porto organizado de Santos, apresentada abaixo:

Receitas tarifárias	31/12/2020	31/12/2019
- Utilização da infraestrutura portuária	671.173	526.606
- Utilização da infraestrutura terrestre	115.053	127.137
- Fornecimento de energia	43.136	45.193
- Outras receitas	12.369	12.886
Receitas de arrendamento - 25.1	436.525	398.799
- Imposto sobre serviços – ISS	(39.558)	(32.990)
- Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	(7.765)	(8.135)
- Programa de integração social – PIS	(20.985)	(18.221)
- Contribuição financiamento seguridade social – Cofins	(96.659)	(83.928)
Total	1.113.289	967.347

As receitas tarifárias estão classificadas:

- Utilização da Infraestrutura aquaviária:
Envolve as cobranças pela utilização do acesso aquaviário e berços de atracação e remunera os serviços de dragagem, balizamento, batimetria, sinalização e de preservação do meio ambiente.
- Utilização da Infraestrutura Terrestre:
Remunera as operações na infraestrutura terrestre e as despesas equivalentes ao "condomínio" (áreas comuns do Porto para acesso aos terminais, pagas pelos arrendatários);
- Serviços Gerais:
A empresa fornece água por meio de sistema próprio de captação e de tratamento e de energia elétrica por meio da usina hidrelétrica situada no município de Bertoga e de outros serviços complementares.

25.1 RECEITAS DE ARRENDAMENTO

Os bens imóveis das áreas arrendadas pela empresa estão sob a sua guarda, responsabilidade e gestão nos termos do decreto 85.309 de 30/10/1980 e são de propriedade do Governo. Todos os contratos, bem como, as demais informações estão disponíveis no site www.portodesantos.com.br. Os principais contratos são:

Arrendatários	Contrato	Data do término	Índice	2020	2019
Santos Brasil Participações S/A (*)	PRES/69.1997	28/11/2047	IGP-M	54.689	51.837
Terminal Exportador de Santos Ltda.	SEP/PR 001/2016	04/10/2041	IPCA	47.851	40.123
Brasil Terminal Portuário S/A	DIPRE-DINEG 08/2020	21/01/2027	IGP-M	28.732	32.658
Petrobras Transporte S/A	DIPRE-DIREM 04/2019	JUDICIALIZADO	IGP-M	28.104	20.992
Terminal Exportador do Guarujá (*)	DP-DC 01.2010	04/01/2035	IGP-M	32.035	30.195
Terminal de Veículos de Santos S/A (*)	DP-DC 02.2009	03/01/2035	IGP-M	20.041	19.227
Elevações Portuárias S/A	PRES/05.1996	06/03/2036	IGP-M	15.994	13.756
ADM do Brasil Ltda.	PRES/41.1997	11/08/2037	IGP-M	15.706	14.102
Cia Auxiliar de Armazéns Gerais	PRES/04.1996	06/03/2036	IGP-M	11.812	9.477
Terminal Exp. de Açúcar do Guarujá Ltda.	PRES/39.1996	06/07/2038	IGP-M	11.482	6.644
Terminal de Granéis do Guarujá S/A	01/97	22/08/2027	IGP-M	11.330	10.568
Hidroviros do Brasil Adm. Portuária	01/2020 -MINFRA	02/02/2045	IPCA	11.291	-
Ecoporto Santos S/A	PRES/28.98	11/06/2023	IGP-M	10.784	9.870
Fibra Terminal de Celulose Santos S/A	02/2016	21/09/2041	IPCA	9.841	8.758
T-Grão Cargo Terminal de Granéis S/A	PRES/31.98	22/06/2038	IGP-M	9.077	4.191
Demais contratos				117.756	126.401
Receita de arrendamentos				436.525	398.799

(*) inclusa a apropriação da receita diferida do downpayment.

26. CUSTOS OPERACIONAIS

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	155.838	163.598
Encargos sociais	45.106	48.467
Serviços de terceiros	98.900	73.602
Depreciação	44.218	45.720
Aluguéis	1.500	1.747
Provisão de Fornecedores	12.850	-
Utilidades e serviços, materiais	10.234	9.069
Total	368.646	342.203

27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

(I) O valor referente ao item Pessoal, encargos do trabalho e benefícios foi impactado devido ao PIDV (vide nota explicativa nº 21). (II) Os órgãos colegiados da SPA possuem membros pertencentes ao Governo Federal, que poderiam ser considerados partes relacionadas, porém, ressaltamos que não há nenhuma diferença entre os honorários pagos a eles e os outros membros não pertencentes à União. (III) Em conformidade com a Lei 14.047/2020 e o convênio SPA 01/2020, a Companhia é obrigada a ressarcir ao Órgão Gestor de Mão de Obra - Ogm o salário médio aos trabalhadores afastados devido à covid-19 que pertençam ao grupo de risco.

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	131.974	101.383
Encargos sociais	20.992	21.611
Serviços de Terceiros	11.009	18.954
Aluguéis	6.857	7.081
Utilidades, serviços e materiais	7.381	9.757
Impostos, taxas e contribuições	4.047	2.387
Demandas judiciais	75.181	56.400
Órgãos Colegiados	3.493	3.637
Ogm Ressarcimento Convênio SPA 01/2020	3.249	-
Provisão Fornecedores	20.667	-
Outras despesas	1.656	1.313
Total	286.506	222.723

28. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	31/12/2020	31/12/2019
Reversão de provisão PEC	-	656
Reversão de provisão Trabalhista	25.227	-
Plano de Desligamento Incentivado - PIDV	2.772	-
Cessão do direito operacional F.Pagamento	878	878
Indenizações e Multas Contratuais	3.695	147
Venda de Materiais -Sucatas e Outros	6.599	919
Doações Recebidas	77	-
Diversas	590	87
Total	39.838	2.689

29. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão riscos cíveis e tributários	13.288	Reapresentado
Provisão depósitos judiciais trabalhistas	23.213	94.314
Perdas de crédito esperadas	2.182	45.781
Multas	300	1.024
Plano de Desligamento Incentivado - PIDV	-	2.772
Custo do benefício definido – Portus – Ativo/Assistidos	36.363	56.649
Custo do benefício definido – Complementação de aposentadoria	3.223	55.318
Plano de Saúde	1.924	20.449
Perdas com Créditos - Decisão Judicial	13.927	-
Perda na Baixa de Ativos Imobilizados	469	-
Redução ao valor recuperável de ativos	14.621	-
Outras	400	591
Total	109.910	276.898

(I) Custo do benefício definido – Plano de Pensão é decorrente da contabilização do déficit atuarial com o Plano de Benefício Definido (PBD), efetuada em dezembro de 2019, conforme nota explicativa nº 18.

30. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas Financeiras		
Juros e variação monetária	26.270	7.383
Rendimentos de aplicações financeiras	25.897	25.204
Outras	629	517
Receitas Financeiras Totais	52.796	33.104
Despesas Financeiras		
Variação monetária	(25.435)	(6.438)
Juros pagos ou incorridos	(58.086)	(48.117)
Despesas Financeiras Totais	(83.521)	(54.555)
Resultado Financeiro Líquido	(30.725)	(21.451)

31. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O reconhecimento dos créditos fiscais diferidos ativos leva em consideração avaliações de incertezas sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro no contexto de leis fiscais aplicáveis, bem como na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes, sendo tal projeção revisada anualmente. A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros e que não ultrapassem dez anos. Os créditos fiscais diferidos ativos foram reconhecidos com base na projeção de lucro tributável nos exercícios subsequentes e serão realizados na proporção da realização das provisões.

Elementos	VALOR R\$	IRPJ - 25%	CSLL - 9%	Ativo Diferido
Provisão Trabalhista	228.944	57.236	20.605	77.841
Provisão Cível	254.695	63.674	22.922	86.596
Perdas de crédito esperadas	70.509	17.627	6.346	23.973
Prejuízo Fiscal IRPJ	898.640	224.660	-	224.660
Base Negativa CSLL	895.507	-	80.596	80.596
Total Geral	2.348.295	363.197	130.469	493.666

Elementos	VALOR R\$	IRPJ - 25%	CSLL - 9%	Ativo Diferido
Provisão Trabalhista	203.716	50.929	18.334	69.263
Provisão Cível	66.996	16.746	6.008	23.754
Perdas de crédito esperadas	73.417	18.354	6.608	24.962
Prejuízo Fiscal IRPJ	750.349	187.587	-	187.587
Base Negativa CSLL	746.836	-	67.215	67.215
Provisão Fornecedores	33.517	8.379	3.017	11.396
Impairment	14.621	3.655	1.316	4.971
Total Geral	2.090.439	335.900	120.609	456.509

CONCILIAÇÃO DE TAXA

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro Antes do Imposto de Renda	357.340	103.252
Alíquota oficial de Imposto de Renda e CSLL (34%)	(121.495)	(35.106)

Adições e Exclusões Permanentes	Imposto	Imposto
Contribuições e Doações / Incentivos Fiscais	(276)	(114)
Despesas com administração	(55)	(61)
Plano de Pensão	(24.238)	(24.935)
Benefícios pós-emprego	(1.758)	(23.617)
Lucro não tributado pelo adicional	24	24
Depreciação Amortização - Diferença IPC/BTNTF	(114)	(120)
Ajuda de Custo, Auxílio de Moradia, Diárias	(58)	(248)
Perda na Baixa de Ativos Imobilizados	(160)	-
Indenizações	(16)	(7)
Outras adições	(9)	(2.080)

Adições e Exclusões Temporárias	Provisões diversas	Provisões diversas
Provisões diversas	(3.570)	(32.066)
Perdas de crédito esperadas	(3.845)	(13.946)
Provisão - PIDV	(14.962)	(942)
Reversão de Provisão - PIDV	15.905	-
Provisão Contas a Pagar	(11.396)	-
Reversão de Provisão - Perdas de crédito esperadas	3.103	224
Impairment de ativos	(4.971)	-

REDUÇÃO (AUMENTO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS			
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	(168)	(183)	(183)
Contas a receber de clientes, líquidas	(394.198)	39.032	39.032
Estoque	(134)	69	69
Créditos tributários	43.303	41.315	41.315
Partes relacionadas	2.752	1.411	1.411
Depósitos judiciais	(2.975)	(15.915)	-
Imposto de Renda Diferido	32.631	-	-
Outros créditos	9.718	167.263	116.419
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS			
Fornecedores e Prestadores de Serviços	(32.634)	9.457	9.457
Salários, provisão férias e obrigações sociais	11.172	2.964	2.964
Impostos e Contribuições	(6.190)	1.566	1.566
Plano de Pensão	922.114	(158.851)	(48.155)
Obras efetuadas por arrendatários	(7.296)	11.770	11.770
Outras Obrigações	(159.525)	47.493	47.492
Receita Diferida	(505.000)	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
	292.839	356.848	356.848
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
	4.747	(5.067)	(5.067)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
	612	3.440	3.440
TOTAL DOS FLUXOS DE CAIXA			
	298.198	355.221	355.221

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Porto de Santos foi homologado pela Marinha do Brasil, em 23 de fevereiro de 2021, para receber navios de 366 metros, as maiores embarcações previstas para a Costa Leste da América do Sul (o limite anterior em Santos era de embarcações de até 340 metros). A SPA, em processo que envolveu também a Praticagem de São Paulo e a Universidade de São Paulo (USP), estudou e realizou simulações de manobrabilidade, interação hidrodinâmica e planos de amarração, comprovando a viabilidade de tráfego dessas embarcações no canal de navegação.

Essa autorização favorece significativamente as condições para o aumento da produtividade e ampliação da capacidade de movimentação, em especial, as cargas contêinerizadas, além de consolidar a vocação de Santos como hub port da América do Sul. Com quase 30% da corrente de comércio nacional, o complexo portuário santista já se prepara para maiores movimentações de contêineres, com as ampliações previstas dos terminais já existentes e o planejamento da destinação de outras duas áreas, alinhadas ao contexto de crescimento e desenvolvimento previstos no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto de Santos, aprovado no ano passado.

FERNANDO HENRIQUE PASSOS BIRAL

Diretor Presidente

MARCUS DOS SANTOS MINGONI

Diretor de Administração e Finanças

BRUNO STUPELLO

Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação

EUGÊNIO CARVALHO

Superintendente Financeiro

MARCELO RIBEIRO DE SOUZA

Diretor de Operações

AFRANIO DE PAIVA MOREIRA JUNIOR

Diretor de Infraestrutura

ANDERSON DE SOUZA MARQUES

Gerente de Contabilidade

CRC RJ102.095/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e aos Conselheiros da
COMPANHIA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A - SPA
Santos – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (SPA)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (SPA)**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COMPANHIA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (SPA)**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Déficit Atuarial

Conforme Nota Explicativa nº 17.1, a Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. O passivo atuarial de responsabilidade da patrocinadora SPA registrado no Balanço Patrimonial é de R\$ 433.745 mil (R\$1.082.028 em 31/12/2019), as informações atuariais são de responsabilidade de empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda. O valor de R\$ 953 mil em 31/12/2020 (1.784 mil em 31/12/2019) registrados como Plano de pensão – contribuição mensal, é relativo à contribuições mensais devidas ao PORTUS referente ao mês de dezembro de 2020. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Plano de Pensão

Conforme Nota Explicativa nº 17.2, a Patrocinadora SPA assumiu no ano de 2020 a responsabilidade de arcar com os valores devidos ao Plano de Pensão - PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar, em 31 de dezembro o montante é de R\$ 487.416 mil. O pagamento inicial de 20% do saldo devedor foi efetuado em 22/06/2020 no montante de R\$ 117.821 mil e o saldo devedor de 80% (oitenta por cento) será liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas mensais e sucessivas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Transações com partes relacionadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 8, a Companhia participa de transações com empresas/entidades governamentais no valor de R\$ 50.252 mil (R\$52.359 mil em 31/12/2019), e por ocasião do encerramento do convênio com uma destas entidades, foi constituída uma provisão para perda no montante de R\$ 44.736 mil (R\$45.463 mil em 31/12/2019) resultando o montante dos saldos a receber pela SPA decorrentes de transações com partes relacionadas no valor de R\$ 5.953 mil em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 7.294 mil em 31/12/2019). Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Benefícios pós-emprego

Conforme descrito na Notas Explicativas nº 17.3.1, 17.3.2 e 33, no ano de 2020 houve regularização da contabilização dos valores de benefícios pós-emprego (plano de saúde e complementação de aposentadoria) no montante de R\$ 75.767 mil.

Como o assunto foi tratado na auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: entendimento e avaliação dos procedimentos adotados pela empresa, através do auxílio dos nossos especialistas atuariais, avaliamos a razoabilidade das principais premissas da metodologia utilizada pelo atuário da Companhia, efetuamos a leitura do regulamento do plano para confirmar o percentual de responsabilidade da patrocinadora e obtivemos acesso às evidências que demonstram que as ações de equacionamento do resultado atuarial definidas em plano, vem respeitando o regime de responsabilidade partitória entre a patrocinadora e os participantes necessários. Adicionalmente, avaliamos a integridade das informações utilizadas e adequação das divulgações.

Redução ao valor recuperável de ativos – Teste de Impairment

A Companhia efetuou o teste de recuperabilidade do ativo imobilizado conforme descrito na Nota Explicativa nº 11.1, cujo resultado apresentou perda na redução do valor recuperável no montante de R\$ 14.620 mil, reconhecido no resultado do exercício.

Como o assunto foi tratado na auditoria

Avaliamos a definição pela Administração das Unidades Geradoras de Caixa, conforme os critérios estabelecidos na norma NBC TG 01 (R4) "Redução ao Valor Recuperável de Ativos". Verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa (taxa de crescimento, taxa de desconto, investimentos), mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes. Realizamos análise de sensibilidade e recalculamos as projeções considerando diferentes intervalos e cenários de taxas de crescimento e de desconto, bem como efetuamos leitura das divulgações. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Reconhecimento do Ativo Fiscal Diferido sobre diferenças temporárias

O ativo fiscal diferido da Companhia é o valor do tributo sobre o lucro recuperável em período futuro relacionado a diferenças temporárias dedutíveis e a compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 31 a provisão constituída em 31 de dezembro de 2020 é no montante de R\$ 456.509 mil (R\$ 493.666 mil em 31/12/2019).

Como o assunto foi tratado na auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, avaliação dos fatos contábeis que deram origem às diferenças temporárias, identificação da probabilidade de recuperação com lucros tributáveis, avaliação dos valores reconhecidos na Parte B do LALUR e registros contábeis realizados.

Consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração para estimar o Ativo Fiscal Diferido são razoáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Receitas Diferidas

Os contratos de arrendamentos firmados pela Companhia no ano de 2020 envolvem recebimento de pagamentos antecipados os quais são reconhecidos como Receitas Diferidas e são apropriados para o resultado mensalmente de forma linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil conforme descrito na Nota Explicativa nº 21. Em 31 de dezembro de 2020 o montante de receitas diferidas é de R\$ 791.270 mil (R\$ 311.978 mil em 31/12/2019). Em 2020 foi reconhecida como receita no resultado do exercício o montante de R\$ 25.708 mil (R\$ 25.708 mil em 31/12/2019).

PARECER CONFIS Nº 001.2021

O **CONSELHO FISCAL** da **AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S.A.**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual referente ao exercício de 2020, bem como o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da Sociedade relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, e:

CONSIDERANDO o Parecer da Auditoria independente Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, de 26.03.2021, o qual concluiu que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Autoridade Portuária de Santos S/A (SPA), em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil”;

CONSIDERANDO a Manifestação COAUD/05.2021, de 27.03.2021, a qual concluiu que “todos os fatos relevantes dos quais tomou conhecimento estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2020 e que estas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis nacionais e internacionais”, manifestando-se “FAVORÁVEL à aprovação das Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao Exercício 2020”;

CONSIDERANDO os esclarecimentos realizados pela Diretoria de Administração e Finanças, Auditoria Independente e Comitê de Auditoria da Autoridade Portuária de Santos S/A na 558ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da Autoridade Portuária de Santos S/A, de 29.03.2021;

1. Opina favoravelmente às propostas a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral de Acionistas, de acordo com as informações e documentos apresentados até a presente data.

Santos, 29 de março de 2021.

Fabiana Vieira Lima
PRESIDENTE

Natália Resende Andrade Ávila
CONSELHEIRA

Roberto Rodrigues Lioila
CONSELHEIRO

